

Poder Judiciário e sustentabilidade: contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável

Elson Pereira de Oliveira Bastos

Emy Karla Yamamoto Roque

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

BASTOS, Elson P. de O.; ROQUE, Emy K.Y. **Poder Judiciário e sustentabilidade:** contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

BASTOS, Elson P. de O.; ROQUE, Emy K.Y. **Poder Judiciário e sustentabilidade:** contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A crise ecológica apresenta um hercúleo desafio para a comunidade internacional como um todo e os países individualmente. São exigidas ações de combate à poluição e degradação ambientais, com potencial para se converterem em efetiva tutela do meio ambiente, visando ao seu equilíbrio, de modo a produzir segurança e saúde para as pessoas. A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem parte significativa dessa atuação em prol do desenvolvimento sustentável efetivo, que compreende a conexão e interdependência entre o social, o econômico e o ecológico. O Poder Judiciário cumpre um importante papel para a realização desses objetivos, sendo precisamente as formas de sua atuação para atingir essa finalidade o objeto de análise deste estudo, que

é dividido em três partes: os efeitos destrutivos do antropocentrismo e a busca de uma ética ecológica; o modelo de Estado Ecológico de Direito e os deveres que lhe são imanentes, assim como o surgimento da Agenda 2030 e dos ODS; o papel do Poder Judiciário brasileiro frente aos ODS, bem como as maneiras pelas quais vem sendo concretizado. O estudo demonstra que a atuação do Poder Judiciário em relação aos ODS, tanto em âmbito administrativo quanto jurisdicional, contribui para promover o desenvolvimento sustentável à luz de uma ética ambiental que reconhece e qualifica o meio ambiente como merecedor de tutela ambiental adequada e compatível com a preservação dos ecossistemas para as presentes e futuras gerações. A pesquisa emprega o método indutivo, operacionalizado pela técnica da revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Sustentabilidade. Objetivos do Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The ecological crisis presents a herculean challenge to the international community as a whole and individual countries. Actions to combat pollution and environmental degradation are required, with the potential to become effective protection of the environment, aiming at its balance, in order to produce safety and health for people. The 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals are a significant part of this action towards effective sustainable development, which comprises the connection and interdependence between the social, economic and ecological aspects. The Judiciary Branch plays an important role in achieving these goals, and precisely the ways in which it acts to achieve this purpose is the object of analysis of this study, which is divided into three parts: the destructive effects of anthropocentrism and the search for an ecological ethics; the model of the Ecological Rule of Law and its inherent duties, as well as the emergence of the 2030 Agenda and the SDGs; the role of the Brazilian Judiciary in relation to the SDGs, as well as the ways in which has been realized. The study demonstrates that the performance of the Judiciary in relation to the SDGs, both at the administrative and jurisdictional levels, contributes to promoting sustainable development in the light of an environmental ethics that recognizes and qualifies the environment as deserving of adequate and compatible environmental protection. Preservation of ecosystems for present and future generations. The research employs the inductive method, operated by the literature review technique.

Keywords: Judicial Branch. Sustainability. Sustainable development goals.

Texto completo em PDF